

A FUNÇÃO SOCIAL DO HISTORIADOR EXISTE?

DOES THE SOCIAL ROLE OF THE HISTORIAN EXIST?

Maria Clarice Rodrigues de Souza¹

Resumo: A história, nos últimos anos, tem passado por supostas “crises” acerca da real existência de sua função social. Muitos são os questionamentos sobre tal tema e eles atingem diretamente o fazer histórico. Dentro desse contexto, a função social do Historiador é posta em dúvida: teria o Historiador uma real função dentro da sociedade? Para que serve a história? São questões que pretendemos abordar no decorrer deste texto.

Palavras-chave: história, historiadores, função social, sociedade.

Abstract: The story, on the last years, has been passing for supposed “crises” as for from real existence of your social role. A good many are the questions on the subject of as theme what achieved directly the act a part historical. Inside of this argument, the feature social of the Historian is put in doubts: he should be the historian only one real function inside from society? Wherefore serve the story? Are questions what we want to go aboard into the elapse of this text.

keywords: history, historian, social role, society.

Decerto, mesmo que a história fosse julgada incapaz de outros serviços, restaria dizer, a seu favor, que ela entretém. Ou, para ser mais exato – pois cada um busca seus passatempos onde mais lhe agrada –, assim parece, incontestavelmente, para um grande número de homens. Pessoalmente, do mais remoto que me lembre, ela sempre me pareceu divertida. Como todos os historiadores, eu penso. Sem o quê, por quais razões teriam escolhido esse ofício? Aos olhos de qualquer um que não seja um tolo completo, com quatro letras, todas as ciências são interessantes. Mas todo cientista só encontra uma única cuja prática o diverte. Descobri-la para a ela se dedicar é propriamente o que se chama vocação.

Marc Bloch

¹ Licenciada em História pela *Universidade Estadual de Montes Claros*. Mestranda em História Social na linha História e Cultura pela *Universidade Federal de Uberlândia*, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Vera Lúcia Puga, pesquisa sobre a violência contra as mulheres em Montes Claros, com ênfase nas relações de gênero, com o financiamento da *CAPE*S. Participa do *NEGUEM*, Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher com apresentação de trabalhos e ministração de palestras e minicursos sobre o tema. E-mail: mariaclarice1@yahoo.com.br

Muito se tem questionado acerca de qual função o historiador teria na sociedade em que está inserido. Apesar de inúmeros debates, muitos questionamentos ainda persistem. Teria o historiador uma real função social? Desde quando podemos detectar isso? Por que há uma ênfase na questão do distanciamento entre o historiador e o seu objeto de estudo? Para quem pesquisa e escreve o historiador? Quais são seus métodos recorrentes? São inquietudes levantadas diante de muitas discussões sobre a determinação da “função social” do historiador. O escopo deste artigo não é responder a todas elas – isso seria extremamente difícil. O intuito, então, é o de nos direcionarmos no sentido de entender o papel do historiador frente aos desafios de sua profissão e a aplicabilidade desta na sociedade em que aquele se posiciona como indivíduo ativo. O que nos levou a tantos questionamentos está diretamente ligado ao nosso objeto de pesquisa. Ao abordar a violência contra as mulheres em Montes Claros, ocorrida no período de 1985 a 2006, percebemos, dentro da própria academia, certa resistência em permitir que o historiador aproxime-se de seu objeto de estudo por tornar-se militante em sua pesquisa. Acreditamos ser necessário aprofundar tal abordagem, uma vez que o historiador produz seu trabalho a partir do presente, das preocupações de sua realidade, fazendo de sua fala um discurso no qual grande parte de suas posições políticas, ideológicas e sociais está presente, sejam elas para a sociedade ou para um grupo específico. O que buscaremos, portanto, não é obter respostas únicas ou permanentes, mas obter respaldo teórico para tal pensamento. Para tanto, dialogaremos com algumas obras de autores pesquisados.

Na obra clássica de Michel de Certeau, *A Escrita da História*, mais especificamente no capítulo sobre “A operação historiográfica”, encontramos uma alusão à questão do lugar do historiador na sua pesquisa. O autor deixa claro que não existem considerações, por mais gerais que sejam, nem leituras, capazes de suprimir a particularidade do lugar de onde fala o historiador e do domínio em que o mesmo realiza uma investigação. Essa marca é indelével e representa a relação do historiador com um lugar, lugar este do qual o historiador faz parte e onde se localiza. Nesse lugar, o historiador está submetido a imposições, ligado a privilégios, enraizado em uma particularidade e é em função desse lugar que se instauram os métodos, se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões propostas

se organizam. Tornando-se, portanto, quase impossível o distanciamento, tão exigido pela academia, entre o historiador e seu objeto de pesquisa, uma vez que nesta está imbuída a “subjetividade” do autor (CERTEAU, 1982, p. 67).

O que presenciamos na obra de Certeau, assim como em outras que iremos mencionar, é a superação pela busca da “objetividade ou totalidade histórica”, tão presente em outros tempos nas pesquisas históricas. Tal superação oportunizou aos historiadores trabalharem com a subjetividade e com a relatividade histórica, permitindo visualizar sua pesquisa na realidade dos indivíduos que estão presentes na mesma, ganhando uma conotação social, dando uma maior visibilidade e função ao ofício do historiador.

Sobre o lugar do historiador dentro da prática histórica, da função social da sua escrita e da pesquisa histórica, como há uma inserção do pesquisador nas mesmas e quanto sua realidade influi diretamente sobre todos esses pontos, Edward H. Carr, em sua obra *Que é História?* faz um excelente apontamento, quando enfatiza que os historiadores não são canais neutros através dos quais a verdade sobre o passado é transferida dos documentos para o leitor, mas, antes, indivíduos que deixam as suas idéias e convicções pessoais nas suas obras, que devem ser lidas com esse fato em mente. Os historiadores não se limitam a papaguear um discurso social mais amplo, e sim possuem também as suas próprias vozes individuais que colaboram e fazem parte do seu ofício. Identificamos-nos com a pontuação de Carr, como mulher que foi criada dentro de um sistema ainda patriarcalista, mesmo que não vítima de violência, mas vivenciando todas as imposições sociais submetidas às mulheres. Compreendemos – ainda que não concordemos – a cumplicidade existente por parte das mulheres nas relações de violência, uma vez que foram socializadas para se considerarem submissas, inferiores. O que temos nada mais é do que a presença da voz da mulher inerente ao seu ofício da pesquisa histórica, da sua escrita.

Em consonância com nossa visão, descobrimos na autora Miri Rubin uma apologia a essa perspectiva. A autora endossa que a função do historiador é conseguida não apenas entre a poeira dos arquivos, mas mediante a mobilização de uma subjetividade informada, com capacidades de categorização humanas e intelectuais, construção de sistemas e empatia. Reconhecendo, hoje, que a leitura nos vestígios do

passado de aspirações, sofrimento, esperança e desejo é uma parte não apenas útil, mas necessária da reflexão humana e do conhecimento do passado. Soma-se a isso um novo tipo de historiografia, auto-reflexiva e coloquial, que emergiu, trazendo consigo a exploração daquilo que ficou por dizer durante demasiado tempo, contribuindo de maneira singular para uma função ativa do historiador na sociedade (RUBIN, 2006, p. 113).

O que temos encontrado é o rompimento com a proposição de que os fatos falam por si só, presente durante muito tempo na escrita da história. Hoje, a valorização da interpretação dos documentos e o diálogo com as fontes se tornaram imprescindíveis para o ofício do historiador; a aceitação da subjetividade na escrita histórica nos permite versões do real, admitindo uma nova história, um novo fazer histórico, não mais com apenas uma versão pronta e acabada, mas algo que pode vir a ser superado, de acordo com o olhar de quem escreve, pesquisa, questiona. Enrique Moradiellos, em *El Ofício de Historiador*, afirma que, ao contrário do que pregava o empirismo positivista do século XIX, é evidente que o trabalho do historiador não é uma mera descrição dos feitos do passado. Para Moradiellos, sua tarefa consiste na construção de um passado histórico em forma de relato narrativo e a partir de relíquias, das provas e fontes informativas legadas ao passado, mediante um método interpretativo no qual é impossível eliminar do próprio sujeito seu conhecimento. E, a partir disso, torna-se impossível o historiador renunciar, em sua interpretação, seu sistema de valores filosóficos e ideológicos, sua experiência política e social e sua formação cultural. Moradiellos reafirma, assim, que o trabalho interpretativo do historiador é essencial e impossível de se neutralizar (MORADIELLOS, 2005, p. 18).

Outro autor que explicita de forma contundente os desafios lançados à função social do historiador atualmente é Josep Fontana. Em sua obra *A História dos Homens*, o autor deixa claro que teoria e método não são os objetivos de nosso ofício, mas tão somente as ferramentas que empregamos com o objetivo de melhor compreender o mundo em que vivemos e de ajudar outros a entendê-lo, a fim de que façamos algo para melhorá-lo. Que é preciso renovar o instrumental teórico e metodológico para que ele sirva ao entrar em contato com os problemas reais dos homens e das mulheres de nosso tempo, dos quais a história acadêmica nos distanciou. O autor faz uma crítica à

academia, que, na maioria das vezes, produz para si mesma; são pesquisas relevantes, mas que ficam confinadas na mesma sem atingir o seu objetivo real, a tentativa de melhorar a sociedade (FONTANA, 2004, p. 472).

Com relação à crítica feita por Fontana ao distanciamento existente entre a academia e sua função social, concordamos em parte, uma vez que compreendemos que muito ainda há para se fazer sobre a eficácia entre o que se produz na academia e o que se aplica na sociedade; entendemos que há necessidade de uma maior integração entre sociedade e academia, entretanto, não podemos fechar os olhos diante da tentativa de superação de tal fato por parte da academia. Aproximamos-nos mais enfaticamente do pensamento de Hobsbawm que diz que todos os regimes fazem seus jovens estudarem alguma história na escola, não para compreenderem sua sociedade ou como ela muda, mas para aprová-la, orgulhar-se dela, serem ou se tornarem bons cidadãos. E o mesmo é verdade para causas e movimentos. A história, como inspiração e ideologia, tem uma tendência embutida a se tornar mito de autojustificação. Não existe venda para os olhos mais perigosa que esta, como demonstram a história de nações e os nacionalismos modernos. Para o autor, é tarefa dos historiadores tentar remover essas vendas, ou pelo menos levantá-las um pouco ou de vez em quando e, na medida em que o fazem, podem dizer à sociedade contemporânea algumas coisas das quais ela poderia se beneficiar, ainda que hesite em aprendê-las. E, para tanto, conclui que as universidades constituem a única parte do sistema educacional em que os historiadores foram autorizados e até encorajados a fazer isso. Ressalta que nem sempre foi dessa forma, pois a profissão de historiador, em grande parte, se desenvolveu como um agrupamento de pessoas para servir e justificar os regimes. Isso não é mais, de modo algum, tão universal assim. Mas, na medida em que as universidades se tornarem os locais onde facilmente se poderá praticar uma história crítica, uma história que é capaz de ajudar na sociedade contemporânea, os historiadores serão reconhecidos como parte integrante e necessária a essa sociedade (HOBSBAWM, 1998, p. 47).

Muito temos falado sobre a função social do historiador, o repensar do fazer histórico, a neutralidade da pesquisa e escrita histórica, a subjetividade, a aplicabilidade das nossas pesquisas na sociedade, a relação entre academia e sociedade, mas agora pretendemos retratar

sobre o percurso para tais avanços. Como ocorreram tais mudanças? Quais foram os processos históricos que nos permitiram estar aqui falando sobre a função social do historiador? Como a história deixou de ser um mito justificador dos grandes feitos sociais e tornou-se, quando necessário, naquela que aponta criticamente tais feitos?

José Carlos Reis, em *História & Teoria*: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade, dando-nos um breve relato sobre o surgimento da possibilidade de não neutralidade do historiador em sua escrita, enfatiza que o rompimento da história dita “tradicional” – na qual a objetividade e não interferência do historiador era essencial e que procurava se ater aos grandes homens e fatos excepcionais e, com mais frequência, políticos – foi alcançada com a criação da *Escola dos Annales*. Seus fundadores, Marc Bloch e Lucien Febvre, definiam a história como a “ciência dos homens no tempo, a ciência da mudança perpétua das sociedades humanas”. Para eles, o objetivo dos estudos históricos era a “compreensão da vida passada”. Entretanto, entre eles começava já a aparecer a complexidade do paradigma dos *Annales*. Na perspectiva de Bloch, o indivíduo só pode ser compreendido em sua estrutura social, que é construída racionalmente, observável empiricamente e “explicável casualmente”. Para Bloch, o objeto do historiador são os homens, suas significações, intenções e ações, que devem ser compreendidas, mas em seus grupos, em seus modos concretos e repetitivos de comportamento, nas normas sociais. Já Febvre dá mais ênfase ao grande indivíduo e à consciência, mas sem separá-la de suas condições globais. Ele é mais hermenêutico, subjetivista, mais culturalista e menos economicista. Podemos inferir que em muito contribuiu a *Escola dos Annales* para se romper com a história dita “positivista”, assumindo a importância de se fazer a história da sociedade e ao acreditar no papel do historiador dentro dessa sociedade. E, para que isso ocorresse, Bloch e Febvre foram os precursores de tal rompimento, por isso expomos aqui, ainda que minimamente, o pensamento de cada um desses historiadores (REIS, 2003, p. 82).

Diante da importância da *Escola dos Annales* para o fazer histórico, cabe-nos abordar um pouco mais sobre seu processo, mais especificamente sobre a terceira geração dos *Annales*. Para tanto, fomos buscar em Peter Burke, em seu livro *A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989*, tal percurso. O autor nos mostra que foi na terceira geração dos *Annales* que tivemos uma

contribuição mais expressiva para uma grande mudança no fazer histórico, pois o campo da história expandiu-se por diversas áreas. Para ele, essa geração dos *Annales* ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Burke ressalta também que essas extensões do território histórico estavam vinculadas às descobertas de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las, assim como estão também associadas à colaboração com outras ciências, ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à lingüística, da economia à psicologia. Vemos a presença da interdisciplinaridade surgir, o que atualmente tem contribuído para a abrangência de possibilidades não só nos estudos históricos, mas em todas as outras disciplinas (BURKE, 1991, p.79).

Outro fato ocorrido dentro da terceira geração dos *Annales* e que não poderíamos deixar de aqui mencionar por estar diretamente ligado ao nosso tema de pesquisa se refere à questão de que foi no contexto dessa geração, mais precisamente a partir dos anos de 1968, que passaram a incluir nos estudos científicos o trabalho de algumas mulheres como Chistine Klapisch, com a História da Família; Arlette Farge, com seu trabalho sobre *O Mundo Social das Ruas de Paris no Século XVIII*; Mona Ozouf, que pesquisava sobre os festivais durante a Revolução Francesa e Michele Perrot, pesquisadora da história do trabalho e história das mulheres.

Percebemos, nesse contexto, a inserção do nosso objeto de pesquisa e estudos, a “História de Gênero”, que emerge dessas mudanças historiográficas, aproximadamente a partir dos anos de 1980, pois foi mais precisamente nessa década que se ampliou o leque temático não apenas em relação à incorporação de novos agentes sociais, como mulheres, prostitutas, loucos, crianças, negros, etc., mas principalmente em relação a dimensões da vida social privilegiadas pelos estudos das mentalidades e da sensibilidade. Temas como a história do corpo e da sexualidade, o poder médico e a loucura, a família, o amor e o pecado, a sedução e o poder, as representações da mulher nos discursos médicos e jurídicos, os códigos da moralidade feminina são incorporados como objetos históricos. O estudo da história das mulheres adquire estatuto próprio, afirmando-se como área de interesse na academia, e passa a participar mais intensamente da construção da noção de uma “cultura das mulheres”.

Ao trabalharmos com a violência de gênero, apreciamos a importância que se deve dar aos historiadores que tanto fizeram para romper com paradigmas que antes excluíam da história não só as mulheres, mas qualquer abordagem considerada não globalizante, reduzindo a história a alguns fatos e indivíduos. Muito foi feito para se romper com uma história de grandes fatos, dos grandes heróis, uma história diplomática e dos grandes feitos, em que a função do historiador nada mais era do que relatar os fatos, tal qual tinham acontecido. Enfatizamos que a *Escola dos Annales* foi primordial para essa ocorrência, uma vez que rompeu com a história tradicional com o objetivo explícito de fazer da história um instrumento de enriquecimento e colaboração para uma sociedade melhor, incentivando, como dito anteriormente, a interdisciplinaridade com as ciências vizinhas e estimulando a inovação temática.

O que vimos até agora nos mostra como o historiador conseguiu romper com muitas barreiras existentes em seu ofício. As fontes, antes tidas como provas objetivas dos fatos, passam a ser objetos de interpretação subjetiva do pesquisador. A possibilidade de uma história total mostrou-se cada vez mais distante do horizonte dos historiadores. Novos olhares e novas abordagens entram em cena a partir dessas mudanças; ao invés de abordar uma história globalizante, a história passou a trabalhar com recortes do todo social, ressaltando os fatos através da interpretação do historiador. Podemos perceber que a importância dada à interpretação dos fatos e às novas perspectivas teóricas e metodológicas contribuiu de maneira decisiva para uma nova Era na história, na qual o historiador adquire uma função na sociedade em que vive.

A abordagem feita até aqui, talvez um pouco extensa, pretendeu discutir sobre a importância da pesquisa histórica e sua relevância na sociedade. Todavia, sabemos que muito ficou por dizer, já que o respaldo teórico é muito abrangente. Assim, procuramos, nesta primeira parte de nossa escrita, estabelecer alguns pontos consensuais com alguns autores conhecidos que nos conduziram a reflexões sobre os questionamentos levantados. O que pretendemos, a partir de agora e de forma mais reduzida, será abordar alguns pontos considerados por nós como relevantes no ofício do historiador e, em especial, na sua escrita. Para tanto, pensamos ser imprescindível a averiguação de como se dá a interação entre os historiadores e os fatos históricos pesquisados.

O historiador e os fatos

O historiador, na sua leitura, não deveria ignorar ‘a imensa massa dos testemunhos não-escritos’, aqueles da arqueologia em particular. Portanto, precisava deixar de ser, ‘na ordem documentária, obcecado pelo relato, assim como, na ordem dos fatos, pelo acontecimento’. Mas deveria também se resignar a não poder compreender tudo do passado, a utilizar ‘um conhecimento através de pistas’, a recorrer a procedimentos de ‘reconstrução’, dos quais ‘todas as ciências ofereceram inúmeros exemplos’ (BLOCH, 2002, p.69-87).

Como se dá a escolha dos fatos que se tornam históricos? Qual a relação entre o historiador e os fatos? São questões recorrentes que suscitam questionamentos tanto no senso comum como dentro da própria academia. Edward H. Carr expõe que, por volta de 1830, a tarefa do historiador era “apenas mostrar como realmente se passaram os fatos”. Essa corrente encontrava apoio nos “positivistas” do período, mais precisamente em Leopold Von Ranke, que reafirmavam com veemência “primeiro verifique os fatos, depois tire suas conclusões”. Essa linha ganhava força na medida em que se acreditava que os fatos falavam por si e não era tarefa do historiador interpretá-los, mas apenas descrevê-los. Assim, tal teoria pressupunha e enfatizava uma separação completa entre sujeito e objeto. A função do historiador era apenas retratar o passado pelo passado, sem posições políticas, ideológicas e sociais, sem partir de questionamentos do presente e muito menos traçar uma ponte entre passado-presente e futuro.

Com o surgimento da *Escola dos Annales*, tal corrente denominada “positivista” é rompida, ocorrendo mudanças no fazer histórico, tendo o historiador a liberdade de interpretação dos fatos. Diante de todas essas mudanças, ocorre uma inversão no fazer histórico: se antes os fatos preponderavam sobre o historiador, a partir de tais mudanças, o historiador com suas escolhas e interpretações passa a ser tornar imprescindível à escrita da história. Diante disso, Carr assevera que “não são os fatos que interessam primordialmente ao historiador”. Sem dúvida é importante o ano, o lugar, a exatidão do fato acontecido, tudo isso é imprescindível ao trabalho do historiador, mas não a sua função essencial. Afinal, a escolha dos fatos estudados repousa, a priori, numa decisão do historiador. Os fatos falam apenas quando o historiador os aborda (CARR, 1982, p. 25).

A partir de então, o autor nos alerta sobre a necessidade de estudar o historiador antes de começar a estudar os fatos, pois, ao trabalharmos com determinado autor, estaremos analisando a interpretação dada pelo historiador ao fato. A compreensão do passado se dá através dos olhos do presente. Assim, o historiador pertence a sua época e a ela se liga pelas condições da existência humana. Portanto, a função do historiador não é amar o passado ou emancipar-se dele, mas dominá-lo e entendê-lo como a chave para a compreensão do presente (CARR, 1982, p. 25).

É claro que não podemos nos elevar ao ceticismo de que a interpretação é tudo e rejeitar todo e qualquer objetivo da história; tanto o fato como a interpretação, necessitam caminhar juntos, os historiados e os fatos dependem um do outro, como fica explícito na consideração de Carr:

[...] O dilema do historiador é o reflexo da natureza do homem. [...] A relação do homem com seu meio é a relação do historiador com seu tema. O historiador não é um escravo humilde nem um senhor tirânico de seus fatos. A relação entre o historiador e seus fatos é de igualdade e reciprocidade. Como qualquer historiador ativo sabe, se ele pára para avaliar o que está fazendo enquanto pensa e escreve, o historiador entra num processo contínuo de moldar seus fatos segundo sua interpretação e sua interpretação segundo seus fatos. É impossível determinar a primazia de um sobre o outro (CARR, 1982, p. 28).

Percebemos assim que, na visão de Carr, com a qual corroboramos, o historiador e os fatos históricos são necessários um ao outro; o historiador sem seus fatos não tem raízes e é inútil; os fatos sem seu historiador são mortos e sem significado. Haverá sempre um diálogo entre o presente e o passado que se converge para a pesquisa do historiador, diálogo este mais preciso quando visto entre a sociedade de hoje e a sociedade de ontem. O passado torna-se inteligível para nós somente à luz do presente, só podemos compreender o presente à luz do passado. Nas palavras de Carr, “capacitar o homem a entender a sociedade do passado e aumentar o seu domínio sobre a sociedade do presente é a dupla função da história” (CARR, 1982, p.49).

Compreendemos, portanto, que o historiador, antes de começar a escrever ou pesquisar a história, torna-se produto da mesma. Assim, o trabalho do historiador se reflete na sociedade em que trabalha. Seus

pensamentos, como os dos outros seres humanos, são modelados pelo ambiente do tempo e do lugar. Nós, historiadores, precisamos penetrar nas formas de comportamentos humanos, nos quais a vontade é ativa, para averiguar por que os seres humanos, que são o objeto dos nossos estudos, resolveram agir como tal. Isso estabelece uma relação que é peculiar à história e às ciências sociais, entre observadores e aquilo que é observado. E remete o historiador a papéis antes extremamente condenáveis, como a questão dos julgamentos de valores e a moralidade. Hoje, não se torna mais necessário provar que o historiador não precisa emitir julgamentos morais sobre a sua pesquisa histórica. O importante a reter é que o historiador não deve mudar os rumos da sua pesquisa para emitir julgamentos morais sobre a vida dos pesquisados. Assim, entendemos que os fatos históricos já pressupõem certas doses de interpretações e essas interpretações históricas, queiramos ou não, sempre envolvem julgamentos de valores.

Em contraposição a tal abordagem, Jacques Le Goff, em sua obra *História e Memória*, explicita o cuidado que devemos ter com a integração do passado na luta revolucionária ou política, que estabelece uma confusão entre as duas atitudes que o historiador deve ter perante o passado, mas que deve manter distintas uma da outra: a sua atitude científica de homem do ofício e o seu compromisso político como homem e cidadão. Para o autor, o historiador dentro do seu ofício não deve emitir pareceres que seu ser cidadão participa (LE GOFF, 1994, p. 223).

Em perspectiva contrária, Hobsbawm refuta essa questão, exemplificando que se um historiador se torna editor de um órgão de partido, pode até não escrever seus editoriais como historiador, mas sua formação e interesse na história podem sim ali transparecer. (HOBSBAWM, 1998, p. 145).

Pensamos ser essa uma discussão extremamente importante e abrangente que necessita de um estudo aprofundado. O que podemos aqui fazer é reiterar a idéia exposta por Hobsbawm. Acreditamos que a fronteira existente entre o historiador-cidadão e o cidadão-historiador é por demais tênue. Se a história é feita pela interpretação dos fatos e esses fatos são aqueles que, para o historiador, parecem ser mais importantes, não vemos como o historiador não possa delegar à escrita da história suas ideologias e suas angústias. Óbvio é que isso deve ser feito dentro de uma perspectiva histórica, partindo de inquietações do presente para buscar respostas no passado. Por exemplo, tomamos como

objeto de pesquisa a violência contra as mulheres por nos chocarmos com os altos índices desse tipo de violência situados no nosso presente, o que nos levou a buscar explicações históricas para tais acontecimentos. Isso ocorreu não apenas por fazermos parte do gênero, não é simplesmente uma questão de militância, é antes uma questão historicamente necessária e de grande relevância para a sociedade como um todo. O que ocorre e fica explícito no texto da já citada autora Miri Rubin é que estudos que abordam a mulher como objeto central das pesquisas são ainda majoritariamente realizados por historiadores do sexo feminino. E isso nos remete à idéia de que se o autor do estudo é uma historiadora, uma mulher, pesquisar sobre mulheres torna-se uma questão de militância, de vitimização das mulheres, como muitos preferem acreditar, quando na realidade não é. O intuito preponderante é trazer à tona temas pertinentes à sociedade que antes não eram pesquisados pela marginalização histórica não só das mulheres, mas de um grande número de grupos que hoje emergem como objetos necessários de pesquisas, não só por posições individuais, mas coletivas.

Acreditamos que, como historiadores, somos fruto de nossa época, queremos entender e refletir sobre os preconceitos socioculturais e outros do nosso ambiente e das nossas experiências específicas, e, para tanto, entendemos sim que há uma necessidade de trabalhar não apenas como historiadora, mas também como cidadã e mulher, que através das interpretações dos fatos passados, com a luz do presente, almeja a construção de uma sociedade futura menos patriarcal, do ponto de vista da nossa pesquisa.

Assim, entendemos que se torna necessário um grande cuidado com a questão não só dos fatos, mas também do tempo, de vital importância para nossas pesquisas históricas. Sabemos que não é função dos historiadores a previsão do futuro, que o objetivo do nosso ofício não é interferir no futuro, e sim retratar como ocorreram as mudanças no decorrer do tempo acerca dos assuntos pesquisados sobre determinada sociedade. Mas acreditamos que o que agora pesquisamos poderá ser, em grande parte, utilizado como referência para um futuro próximo. Gostaríamos, assim, de abordar, ainda que superficialmente, sobre a relação presente entre o ofício do historiador e o tempo. Procuraremos observar que além do passado o ofício do historiador trabalha também com o presente e traça um perfil, que não quer dizer previsão, para o futuro.

O historiador e o tempo passado, presente e futuro

A postura que adotamos com respeito ao passado, presente e futuro não são apenas questões de interesse vital para todos: são indispensáveis. É inevitável que nos situemos no continuum de nossa própria existência, da família e do grupo a que pertencemos. É inevitável fazer comparações entre o passado e o presente [...]. Não podemos deixar de aprender com isso, pois é o que a experiência significa. Podemos aprender coisas erradas – e, positivamente, é o que fazemos com frequência, mas se não aprendemos, ou não temos nenhuma oportunidade de aprender, ou nos recusamos a aprender de algum passado algo que é relevante ao nosso propósito, somos, no limite, mentalmente anormais (HOBSBAWM, 1998, p. 49-67).

Mais uma vez nos reportamos à obra já citada de Edward H. Carr para nosso estudo. Aqui, nos ateremos a um ponto essencial que Carr retrata e tem uma fundamentação para nós imprescindível: a relação entre o tempo futuro e o historiador. O autor retrata que o absoluto na história não é algo no passado de onde partimos, não é algo no presente, pois todo pensamento presente é necessariamente relativo. É algo incompleto e em processo de vir a ser, algo no futuro em direção ao qual nos movemos. A tarefa do historiador nessa questão é liberar e organizar as energias humanas no presente, tendo em vista o futuro não só do historiador, mas de todos aqueles que querem trabalhar para a reformulação da sociedade (CARR, 1982, p. 102-103).

Nessa perspectiva, Enrique Moradiellos afirma que a história científica não pode “preceder” ao futuro, nem proporcionar exemplos de conduta infalíveis. Entretanto, ela permite sim expor as origens do presente e iluminar as circunstâncias de sua gestação, funcionamento e transformação. A experiência histórica de uma sociedade é seu único referencial positivo, sua única advertência tangível, para saber a que se ater e poder perfilar os planos e projetos que se propõe a executar no presente e de cara no porvir, evitando assim toda operação de salto no vazio e toda atuação às cegas ou por simples tato (MORADIELLOS, 2005, p.24).

Ainda nesse sentido, Hobsbawm afirma que é claro que não há nenhuma necessidade teórica de se especificar o futuro, mas, na prática, a demanda de prever ou montar um modelo para ele é forte demais para ser desconsiderada. Uma espécie de historicismo, ou seja,

a extrapolação mais ou menos sofisticada e complexa de tendências passadas para o futuro, foi o método mais conveniente e popular de previsão. Em todo caso, a forma do futuro é vislumbrada mediante a procura de pistas no processo de desenvolvimento passado, de forma que, paradoxalmente, quanto mais esperamos inovação, mais a história se torna essencial para descobrirmos como será. Esse procedimento pode ir desde o muito ingênuo, a visão do futuro como um presente maior e melhor, ou um presente maior e pior – tão características das extrapolações tecnológicas ou antiutopias sociais pessimistas –, até o intelectualmente complexo e intenso; mas, essencialmente, a história continua a ser a base de ambos (HOBSBAWM, 1998, p.49-67).

O valor da investigação histórica sobre “o que de fato aconteceu” para a solução deste ou daquele problema específico do presente e do futuro é inquestionável e tem dado novo alento a algumas atividades históricas um tanto quanto antiquadas, desde que estas sejam associadas a problemas modernos. Entretanto, a natureza desse processo, muitas vezes arbitrário, de mergulhar no passado para auxiliar a previsão do futuro requer uma análise maior do que a que tem recebido até hoje. Por si só, não substitui a construção de modelos sociais adequados, com ou sem investigação histórica. Meramente reflete e, talvez em alguns casos, atenua a insuficiência presente.

A história, unidade do passado, presente e futuro, pode ser algo universalmente apreendido, por mais deficiente que seja a capacidade humana de evocá-la e registrá-la, e algum tipo de cronologia, ainda que irreconhecível ou imprecisa segundo nossos critérios, pode ser uma mensuração necessária disso. Teoricamente, o passado, todo o passado, toda e qualquer coisa que aconteceu até hoje, constitui a história. Uma boa parte dele não é da competência dos historiadores, mas uma grande parte é. E, na medida em que compilam e constituem a memória coletiva do passado, as pessoas na sociedade contemporânea têm de confiar neles, delegando-lhes uma função social ativa na sociedade.

Ao investigarmos sobre o rumo do desenvolvimento social, e o que podemos fazer a respeito, implica em olharmos o futuro na medida do possível. É claro que isso se trata de uma atividade muito arriscada, muitas vezes decepcionante, mas, também, uma atividade necessária. E toda previsão sobre o mundo real repousa, em grande parte, em algum tipo de inferência sobre o futuro a partir daquilo que aconteceu no passado, ou seja, a partir da história. A história não pode

se esquivar do futuro, no mínimo porque não há nenhuma linha separando os dois. Passado, presente e futuro constituem um continuum. Dentro desse continuum, pode ou não ser desejável testar a previsão, mas ela emerge automaticamente da formulação de proposições, porque tal formulação implica referências ao futuro; mesmo que muitos historiadores possam até não mais levar adiante suas formulações. Adaptando a frase de Auguste comte, *savoir* não é *pour prévoir*, mas *prévoir* é parte do *savoir*, ou seja, prever faz parte do saber (HOBSBAWM, 1998, p. 49-67).

Em consonância, Vavy Pacheco Borges, em *O que é história*, enfatiza que a finalidade da história é estudar e analisar o que realmente aconteceu e acontece com os homens, o que com eles ocorre concretamente, quais as transformações pelas quais passam dentro da sociedade, sejam elas descontínuas, progressivas ou com rupturas. A finalidade da história e do historiador é ter interesse dentro de uma perspectiva tripla que envolve o passado, o presente e o futuro, essa é sua essência (BORGES, 1986, p. 60-84).

Sabemos que por certo se torna impossível chegar a uma conclusão sobre uma abordagem tão complexa a respeito de um tema tão profícuo. O que aqui foi exposto representa pensamentos repletos de subjetividade, não só de quem escreve, mas também das idéias dos vários autores mencionados que tiveram nossa interpretação sobre os seus escritos. O horizonte a se chegar sobre a “função social do historiador” permanecerá em aberto; que muitos outros estudos possam vir sobre um tema tão importante. Claro está que aqui mostramos nossas idéias de crença na função social extremamente necessária do historiador para com a sociedade da qual participa como membro ativo. Acreditamos que nós, historiadores, como os demais seres humanos, temos o direito de projetarmos um futuro desejável para a humanidade, lutarmos por ele e nos animarmos quando descobrimos que a história parece estar seguindo o caminho que imaginamos. Compreendemos que nossos estudos não podem interferir diretamente no futuro, mas acreditamos que podem ajudá-lo a ser melhor. Por isso e para isso trabalham os historiadores, ou pelo menos uma minoria, dentro da qual nos incluímos.

Como última exemplificação, remeter-nos-emos a nossa pesquisa: ao pesquisarmos violência contra mulheres, não podemos afirmar que isso não mais existirá no futuro, mas acreditamos que, como historiadoras, estaremos sim trabalhando para colaborar, através

de nossas pesquisas, com a existência de uma sociedade com índices menores de violência contra mulheres. Nossa escrita talvez não mencione tal fato tão explicitamente, por ser considerado por muitos um erro diante da nossa profissão – infelizmente, ainda prepondera entre nós, historiadores, a necessidade de distanciamento entre o historiador e o objeto estudado –, mas a cidadã presente na historiadora certamente o fará.

Referências

BORGES, V. P. *O que é história*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BURKE, P. *A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989*. São Paulo: EdUNESP, 1991.

CARR, E. H. *Que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª ed., 1982.

CERTEAU, M. de. A operação historiográfica. In: _____. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 65-119.

FONTANA, Josep. *A história dos homens*. São Paulo: EDUSC, 2004.

HOBSBAWM, E. J. *Sobre a história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LE GOFF, Jacques. Passado/Presente. In: _____. *História e memória*. Campinas: EdUNICAMP, 1994. p. 203-231.

MORADIELLOS, Enrique. Qué es la historia?. In: _____. *El Oficio de historiador*. Madrid: Siglo XXI, 2005. p. 3-31.

REIS, José Carlos. *História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RUBIN, Miri. Que é a história cultural hoje? In: CANNADINE, D. (Coord.). *Que é a história hoje?* Lisboa: Gradativa, 2006. p. 111-128.

SCOTT, J. História das mulheres. In: BURKE, P. (Org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: EdUNESP, 1992. p.63-95.

Artigo recebido em de 2008 e aceito para publicação em outubro de 2008.